

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 16 de março de 2016.

Edição nº 1862

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicado.....8



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N.º 126/2016– PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente PR.00006.00007/2016-3.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de março de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 083/2016

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

REVOGAR

- a contar de 04 de maio de 2015, a Portaria n.º 0288/2013, que designou o servidor PAULO EDUARDO VASCONCELOS FLORES, Assessor Bacharel em Administração, ID n.º 3428095, para exercer, em substituição, na forma de Função Gratificada, o cargo em comissão de Assessor Superior, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular, Daniela Fettermann Schultz (Port. 0738/2016).

DESIGNAR

- a contar de 04 de maio de 2015, o servidor PAULO EDUARDO VASCONCELOS FLORES, Assessor Bacharel em Administração, ID n.º 3428095, para exercer, em substituição, na forma de Função Gratificada, o cargo em comissão de Supervisor, CC-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular, Daniela Fettermann Schultz (Port. 0739/2016).

NOMEAR

- FERNANDA PRESTES KRUG SANTOS, para exercer o

Cargo em Comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 0758/2016).

- MATEUS SANTOS GAIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste órgão (Port. 0761/2016).

- KARINE PADILHA DE FREITAS, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 0766/2016).

PRORROGAR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10 de março de 2016, a Portaria n.º 2883/2015, que reduziu a carga horária do servidor FÁBIO MONTANO WILHELMS, Médico - Psiquiatra, ID n.º 3434010, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 2º, da lei nº 7.253/79 (PR.00592.00053/2014-2 - Port. 0768/2016).

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06 de março de 2016, a Portaria n.º 0567/2014, que reduziu a carga horária da servidora CLÁUDIA BALBINOTTI, Agente Administrativo, ID n.º 2838656, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 2º, da lei nº 7.253/79 (PR.00848.00028/2014-6 - Port. 0769/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2016.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO Nº 0319-09.00/16-9**

CONTRATADA: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO EIRELI - EPP; **OBJETO:** a prestação de serviço de monitoramento de alarme 24 horas, com pronta resposta, mediante agente técnico de vistoria, com fornecimento e instalação de equipamentos, em comodato, para o prédio sede da Promotoria de Justiça de Alvorada, localizada na Rua Contabilista Vitor Brum, n.º 67

Item	Descrição	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	MONITORAMENTO REMOTO DE SISTEMA DE ALARME (EQUIPAMENTO EM COMODATO), COM PRONTA RESPOSTA, MEDIANTE AGENTE TÉCNICO DE VISTORIA	12 MESES	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
2	ATENDIMENTO DE CHAMADO	120	R\$ 0,90	R\$ 108,00



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1862

VIGÊNCIA: 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3989; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, Leis Estaduais n.º 11.389/1999 e n.º 13.191/2009 e nos Provimentos PGJ n.º 54/2002, n.º 47/2005 e n.º 33/2008;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AJDG n.º 021/2013, por 12 meses, a contar de 19 de março de 2016, bem como reajustar os valores previstos, a contar de 04 de março de 2016, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 meses, de 12,08%; **VALOR MENSAL:** R\$ 212,37; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusulas segunda, item 2.6, e nona do contrato.

ROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO Nº 0295-09.00/16-4**

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES GRANZOTTO LTDA.; **OBJETO:** serviços de engenharia, com o fornecimento de materiais, para manutenção predial parcial nas Promotorias de Justiça de Passo Fundo/RS, situado na Rua Bento Gonçalves, n.º 720; **VALOR TOTAL:** R\$ 279.775,71; **VIGÊNCIA:** 16 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa/Rubrica 4.490.51/5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Estadual n.º 11.389/1999;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 0255.09.00/15-9
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2015**

CONTRATADA: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do Contrato AJDG n.º 20/2015, por 12 meses, a contar de 02 de abril de 2016; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e cláusula décima primeira do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 3º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 000600-09.00/13-2
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS N.º 015/2013**

CONTRATADA: LF CARDOSO & CIA. LTDA.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do Contrato de Prestação de Serviços –

**SÚMULA DO 5º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 4115-09.00/11-0
COTAÇÃO ELETRÔNICA N.º 19/2012**

CONTRATADA: ZABKA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 22/2012, por 12 meses, a contar de 14 de março de 2016 e reajustar o valor, a contar de 08 de fevereiro de 2016, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 meses, de 10,95%; **VALOR MENSAL:** R\$ 197,30; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusulas segunda, item 2.7, e quinta do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE LOCAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 2238-09.00/15-8
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2015**

As locações realizadas no mês de março de 2016, junto à empresa ACN Comércio de Produtos de Trânsito Ltda., totalizaram:

Item	Quantidade	Valor Unitário
Locação de Radiocomunicadores Portáteis	04	55,00

Valor Total da locação: R\$ 220,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS nos 40/04, 47/05 e 33/08, pela Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02, pelo Provimen-



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1862

to PGJ/RS no 54/02 e pelo Decreto Estadual nº 42.434/03.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA

PROCESSO N.º 4605-09.00/12-7

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Termo de Concessão Remunerada de Uso, para fazer constar que o pagamento mensal, pelo BANCO DO BRASIL, em razão do uso de espaço na Sede Institucional, reajustado, a contar de 11 de fevereiro de 2016, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 10,95%, em atenção ao disposto na cláusula terceira, item 3.4 do ajuste, passa a ser de R\$ 8.532,68;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 7º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 1815-09.00/13-1
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2013**

CONTRATADA: MARCOCAR MECÂNICA DE VEÍCULOS LTDA.; **OBJETO:** acrescer a objeto do ajuste os veículos Iveco Daily, placas IWK 2467, Renault Master, placas IWL 1680 e Renault Master, placas IWM 2440, a partir do dia útil seguinte ao da publicação resumida no Diário Eletrônico do Ministério Público RS; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea "b", e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de Licitação

Pregão Eletrônico n.º 16/2016 (Processo nº 000554-09.00/16-9) **Tipo:** Menor Preço Por Item. **Objeto:** aquisição de material de expediente, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das**

propostas: 06/04/2016, às 10 horas. Data e horário de início da disputa de preços: Itens 01 a 06, dia 07/04/2016, às 14 horas e Itens 07 a 11, dia 08/04/2016, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de março de 2016.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 42/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00723.00013/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de APURAR NOTÍCIA DE QUE A DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL CAMINHOS DO APRENDER, SRA. CASSIANE POSTAL, ESTARIA RECEBENDO SALÁRIO POR ATIVIDADES NÃO REALIZADAS.

INVESTIGADO: CASSIANE POSTAL, DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL CAMINHOS DO APRENDER.

LOCAL: BENTO GONÇALVES, RS.

IC 00723.00008/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar denúncia de contratação do Centro de Treinamento Profissional da Serra Ltda. sem o prévio empenho

Investigados: Centro de Treinamento Profissional da Serra Ltda.

Local: Bento Gonçalves/RS

IC 00726.00001/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Caçapava Do Sul por Júlia Fresteiro Barbosa Lang - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Caçapava Do Sul com a finalidade de apuração de eventuais ilegalidades na licitação e na execução do contrato mantido entre os investigados. Investigados: D.M.B. Transportes Rodoviários Ltda e Município De Caçapava Do Sul. Local do Fato: Caçapava Do



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1862

Sul.

IC 00791.00005/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Horizontina por Bruna Maria Borgmann - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Horizontina com a finalidade de: Apurar eventual irregularidade no afastamento de servidora ocupante de cargo em comissão para qualificação. Investigados: Município de Horizontina/RS e Marcia Helonice Herberz. Local: Horizontina/RS.

IC 00824.00014/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas por André Barbosa De Borba - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas com a finalidade de investigar eventuais irregularidades na realização dos pregões presenciais nº 035 e 038/2015, visando a contratação de empresa para locação de caminhão boiadeiro para transporte de animais de grande porte.

Local: Pelotas.

Investigado: Município de Pelotas.

PI 00899.00013/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De São Sepé por César Augusto Pivetta Carlan - Designação Excepcional César Augusto Pivetta Carlan com a finalidade de Apurar possíveis irregularidades ocorridas no Concurso Público, Edital 02/2011, realizado pelo Município de Formigueiro no ano de 2011. Investigados: Idrh - Instituto De Desenvolvimento De Recursos Humanos Ltda e Município De Formigueiro. Local do Fato: Formigueiro.

IC 00906.00007/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Martin Albino Jora - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de Apurar eventuais irregularidades de diárias pagas no exercício de 2012 do Poder Executivo de Passa Sete/RS Investigado: Município De Passa Sete. Local do Fato: Sobradinho.

IC 00936.00021/2016 INSTAURADO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE POR GREICE ÁVILA SCHMEING - PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE COM A FINALIDADE DE APURAR POSSÍVEL ATO DE OMISSÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE, CONSISTENTE NA NÃO INSTAURAÇÃO PAD EM FACE DE SERVIDORES. INVESTIGADO: PODER EXECUTIVO DE ARROIO DO TIGRE. LOCAL DO FATOS: ARROIO DO TIGRE.

PI 01203.00003/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios por Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues Da Silva Algarve - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre com a finalidade de. Investigado: Escola Técnica Parobé. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Março de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00762.00077/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Erechim por Diego Pessi - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Erechim com a finalidade de Apurar eventuais irregularidades na estrutura da EEI Toquinho de Gente, com sede na Rua Silveira Martins, n.º 653, no Município de Erechim, tendo como investigada a EEI Toquinho de Gente. Investigado: Escola De Educação Infantil Toquinho De Gente. Local do Fato: Erechim.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Março de 2016.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA,

Coordenadora do Cao da Infância e da Juventude.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00917.00024/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar irregularidades na aglomeração de caminhões nas proximidades do estacionamento do Supermercado Cotricampo, causando problemas aos moradores das proximidades. Investigado: Supermercado Cotricampo. Local do Fato: Três Passos/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Março de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1862

IC 00745.00006/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa com a finalidade de Apurar responsabilização pelas deficiências na prestação do serviço de telefonia móvel, fixa e de internet no município de Carlos Barbosa, RS Investigado: Oi S.A Local do Fato: Carlos Barbosa.

IC 00832.00061/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre por Gustavo De Azevedo E Souza Munhoz - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre com a finalidade de Apurar suposta cobrança indevida/abusiva nas cobranças de débitos pela empresa, a infringir o disposto no art. 42 do CDC Investigado: Pró Ativa Assessoria Em Cobranças. Local do Fato: RS

IC 00914.00041/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva De Carvalho - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Torres com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento comercial com irregularidades sanitárias.

Local: Rua Egidio Michaelsen, n.º 106, município de Torres/RS.

Investigados: Ana Lúcia Netto De Souza Brognoli e Souza Brognoli E Cia Ltda - ME

IC 00914.00040/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva De Carvalho - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Torres com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento comercial com irregularidades sanitárias.

Local: Rua Cristóvão Colombo, n.º 20, Centro, município de Torres/RS.

Investigados: Raul I Mota - EPP (Restaurante Beira Rio) e Raul Izídio Mota.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Março de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00747.00015/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Catuípe por Nilton Kasctin Dos Santos - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Catuípe com a finalidade de apurar o dano ambiental decorrente do envaletamento de banhado e supressão de vegetação nativa em APP, sem autorização do órgão ambiental competente, e em desacordo com

a legislação ambiental vigente. Investigado: Arnaldo Dobler. Local do Dano: Santa Teresa, interior de Catuípe.

PI 00814.00029/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de Apurar possíveis irregularidades em curso d'água situado no terreno na Rua Amantino Antônio Peteffi, ao lado do n.º 1610, Bairro São Jorge, Novo Hamburgo, causando inundações aos moradores. Local: Rua Amantino Antônio Peteffi, Bairro São Jorge, Novo Hamburgo.

Investigado: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo Investigado não informado. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00877.00007/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Santo Cristo por Leandro Capaverde Pereira - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Santo Cristo com a finalidade de Investigar atividade de serraria sem Licença de Operação. Investigado JOSÉ ERNI NEUBERGER. Local do Fato: Santo Cristo.

IC 00877.00006/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Santo Cristo por Leandro Capaverde Pereira - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Santo Cristo com a finalidade de Investigar atividade de recolhimento e transporte de efluentes líquidos sem a devida licença e com descarte irregular dos resíduos líquidos. Investigado: Ricardo José Diel. Local do Fato: Santo Cristo.

IC 00877.00005/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Santo Cristo por Leandro Capaverde Pereira - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Santo Cristo com a finalidade de Investigar poluição e captação de água de nascente sem licenciamento ambiental. Investigado: Jéssica Backes. Local do Fato: Santo Cristo.

IC 00877.00004/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Santo Cristo por Leandro Capaverde Pereira - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Santo Cristo com a finalidade de Investigar o funcionamento de oficina mecânica sem licença ambiental e chiqueiro sem instalações sanitárias adequadas. Investigado: Darci Alceu Rambo. Local do Fato: Santo Cristo.

IC 00877.00003/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Santo Cristo por Leandro Capaverde Pereira - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Santo Cristo com a finalidade de Investigar instalação de oficina mecânica sem licença ambiental e depósito irregular de pneus em área de mata nativa. Investigado: Mario José Rambo. Local do Fato: Santo Cristo.

IC 00883.00049/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De São Gabriel por Aline Baldissera - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De São Gabriel com a finalidade de Apurar o corte de árvores, praticado por Ana Paula Pereira Marques, nas margens da Sanga Rivera, Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, no Município de São Gabriel.



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1862

Investigado: Ana Paula Pereira Marques, filha de Mauricio Marques e Catarina Maria Pereira Marques, RG 8032779004, residente na Rua General Câmara, nº 139, Bairro Capiotti, neste Município. Local do Fato: Margens da Sanga Rivera, Área de Preservação Permanente, em São Gabriel.

IC 00908.00001/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tapejara por Marcio Schenato - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tapejara com a finalidade de Objeto: Investigar a ocorrência de dano ambiental consistente em destruição de floresta nativa e intervenção em rio, por meio da abertura de uma estrada.

Local do Fato: Capela Santo Antônio dos Pinheirinhos, Água Santa, RS Investigado: Antonio Augusto De Souza. Local do Fato: Tapejara.

IC 00908.00002/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tapejara por Marcio Schenato - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tapejara com a finalidade de Objeto: Investigar dano ambiental consistente na realização de construção de uma casa de alvenaria em área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

Local do Fato: Rua Dorival Teixeira, s/n, Vila Lângaro, RS Investigado: Aécio Carlos Seidler. Local do Fato: Tapejara.

IC 00914.00042/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva De Carvalho - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Torres com a finalidade de investigar fábrica de esquadrias de madeira sem licença ambiental e Registro do Ibama.

Local: BR 101 Km 20, s/n, Bairro Santo Anjo da Guarda, no Município de Três Cachoeiras/RS

Investigado: Marcelo Fernandes Zen.

IC 00917.00100/2015 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da supressão de mata nativa de pequeno, médio e grande porte, totalizando 10.000m² de área degradada, sendo 5.000m² em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade de Aldo Rogério Conrat, localizada em Linha São Francisco, no Município de Tiradentes do Sul/RS Investigado: Aldo Rogério Conrat. Local do Fato: Tiradentes do Sul.

IC 01234.00077/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santana Do Livramento por Marcelo De Souza Gonzaga - Designação Excepcional - Marcelo De Souza Gonzaga com a finalidade de Procedimento instaurado para averiguar os fatos relativos ao funcionamento de oficina mecânica de caminhões, sem Licença Ambiental, pertencente a Luis Carlos Schiavon Fortes Investigado: Luis Carlos Schiavon Fortes. Local do Fato: Santana Do Livramento.

IC 01234.00005/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santana Do Livramento por Marcelo De Souza Gonzaga - Designação Excepcional - Marcelo De Souza

Gonzaga com a finalidade de Procedimento instaurado para averiguar os fatos relativos ao funcionamento de Oficina de Chapeamento e Pintura, sem licença do órgão ambiental competente, pertencente à Tiago Roberto Duarte, neste município Investigado não informado. Local do Fato: Santana Do Livramento.

IC 01234.00027/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santana Do Livramento por Marcelo De Souza Gonzaga - Designação Excepcional - Marcelo De Souza Gonzaga com a finalidade de Oficina de chapeamento e pintura, operando de maneira irregular, sem Licença Operacional e PPCI, pela empresa EDU CAR, de propriedade de Eduardo Antônio Vieira, no município de Santana do Livramento Investigado: Eduardo Antonio Viera. Local do Fato: Santana Do Livramento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Março de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00891.00005/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar irregularidades na Unidade Básica de Saúde Baum Investigado: Município De São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00093/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar as irregularidades na infraestrutura física e pessoal, bem como da negligência no atendimento ao usuário do Centro de Atenção Psicossocial II - CAPS Capilé de São Leopoldo Investigado: Município De São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Março de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO 005/2016-CGMP

A **CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, nos termos do § 3º do artigo 4º da Resolução 0002/2009-CGMP, divulga o cronograma das correições ordinárias para abril de 2016:

Abril		
05 a 07	Três de Maio	2º PJ
05 a 08	Rosário do Sul	2º PJ
	Cacequi	Cargo único
06 a 08	Tapes	Cargo único
	Canguçu	1º PJ
06 a 08	Getúlio Vargas	1º PJ
11 a 14	Agudo	Cargo único
	Santa Maria	3º PJ Crim. 7º PJ Crim.
12 a 15	Ibirubá	Cargo único
	Panambi	2º PJ
14	Portão	Cargo único
19	Butiá	Cargo único
20	Gravataí	1º PJ Cível
26 a 29	Ijuí	PJ Substituto
	São Luiz Gonzaga	PJ Criminal
27 a 28	Santa Bárbara Do Sul	Cargo único

Porto Alegre, 16 de março de 2016.

RUBEN GIUGNO ABRUZZI,
Corregedor-Geral do Ministério Público.